



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE



DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Nome da Empresa FREITAS E PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA	CNPJ da Empresa 40.261.798/0001-40
--	--

Endereço da Empresa AV JULIA KUBITSCHKE, 39, SALA:302 – CENTRO. CEP: 28905000. CABO FRIO – RJ

Classificação de Risco: Regra de Risco Estadual

Classificação de risco das atividades abaixo: [1] Atividade de Risco II – Médio Risco. | [2] Atividade de Risco I – Baixo Risco.

Atividade Econômica Principal 6110801 [2] – SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA – STFC
--

Atividades Secundárias 9511800 [2] – REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS 4110700 [2] – INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS 7739099 [2] – ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR 7733100 [2] – ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO 7711000 [2] – LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR 6810202 [2] – ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS 6810201 [2] – COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS 6204000 [2] – CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 6190601 [2] – PROVEDORES DE ACESSO ÀS REDES DE COMUNICAÇÕES 6141800 [2] – OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR CABO 6110803 [2] – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA – SCM 5620102 [1] – SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES – BUFÊ 4929902 [2] – TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL 4929901 [2] – TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL 4754701 [2] – COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS 4753900 [2] – COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO 4751201 [2] – COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA 4744099 [2] – COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL 4742300 [2] – COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO 4647801 [2] – COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA 4635401 [1] – COMÉRCIO ATACADISTA DE ÁGUA MINERAL
--

Número do Processo 2025004965430
--

Data de Emissão 07/05/2025	Validade INDETERMINADA
--------------------------------------	----------------------------------

Observações Em tempo: o responsável deverá manter no estabelecimento as notas fiscais de entrada dos materiais de origem mineral (areia, areola, saibro e brita) e de origem florestal (madeiras certificadas) estocadas, para efeito de fiscalização, quando solicitado pelos órgãos competentes.
--

Informamos que a atividade é inexigível de Licenciamento Ambiental, considerando o Porte Mínimo do estabelecimento e o Potencial Poluidor Desprezível da atividade, de acordo com a Norma Operacional (NOP/INEA/46 R/7) de enquadramento de empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento e demais procedimentos de controle ambiental, RESOLUÇÃO INEA N° 264 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022, Resolução CONEMA 95 de 12/05/22, que altera a Resolução CONEMA 92, de 24/06/2021, que dispõe sobre as atividades que causam ou possam causar impacto ambiental local, conforme previsto no Art. 9º, Inciso XIV, Alínea A, da Lei Complementar n° 140/2011, e sobre a competência supletiva do controle ambiental e com a Lei 2.330 de 30/12/2010, que institui o Sistema Municipal de Licenciamento Ambiental SIMLA.

Caso haja adição de qualquer Atividade Potencialmente Poluidora, se faz necessário o Licenciamento Ambiental da mesma.

Para a emissão de Certidão de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental, deverá ser solicitada mediante abertura de processo administrativo junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Cabo Frio.

Para a emissão de Certidão de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental, deverá ser solicitada mediante abertura de processo administrativo junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Cabo Frio.

Condicionantes de validade:

1. Esta Declaração diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças, e outras atribuições legais;
1. A terceirização de atividades não isenta o contratante de responsabilidade legal e ambiental, solidária, sobre os serviços contratados;
2. Atender a Lei Federal nº 12.727, de 17/10/2012, que altera a Lei nº 12.651, de 25/05/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;
3. Deverão ser respeitados os limites de emissão de som de 50 (cinquenta) dB de acordo com a NBR 10.151; atender à Resolução CONAMA 001 de 08.03.90, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos;
5. Atender a Lei Federal nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente;
4. Lei nº 1.484, de 18/11/1999, que regulamenta o ART. 160, VII, da lei orgânica municipal, estabelece medidas de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora nas áreas urbanas do Município Cabo Frio;
6. Acondicionar resíduos sólidos em recipientes com tampa até o seu recolhimento por empresa devidamente licenciada; não lançar quaisquer resíduos na rede de drenagem ou nos corpos d'água;
7. Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;
9. Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);
5. Submeter previamente à SEMASA, para análise e parecer, qualquer alteração na atividade;
10. A SEMASA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.

O não cumprimento das condicionantes desta declaração e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Municipal nº 2330, de 30/12/2010, na Lei Estadual nº 3467 e na Lei Federal nº 9605, de 12/02/1998 podendo ocasionar o cancelamento da mesma.

